

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 1 de 61)

EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio do **Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística - DGPIL da Secretaria de Infraestrutura e Logística**, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO: GMS Nº 761/2026 (PE) COMPRAS.GOV.BR Nº 90761/2026 (UASG Nº 461832) TIPO: MENOR PREÇO	Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas: Até 09h15min do dia 15/07/2026 Início da sessão / disputa de lances: 09h30min do dia 15/07/2026 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
--	--

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa para prestação de serviços de transporte aquaviário de passageiros entre Paranaguá e Ilha do Mel, por meio de embarcação tipo catamarã**, incluindo tripulação e manutenção

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 3.866.666,67 (três milhões oitocentos e sessenta e seis mil seiscientos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)**

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Unidade Gestora: 770000;

Unidade Orçamentária: 7703 - Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística;

Dotação Orçamentária: 7703.15.121.17.8302 – Gestão de Planos, Programas e Projetos;

Natureza da Despesa: 3390.3905 – Serviços Técnicos Profissionais

Espécie da Despesa: 3 – Outras Despesas Decorrentes

Fonte de Recursos: 500 – Recursos não vinculados de impostos;

Fonte detalhada: 00000;

Meta Física: 0;

Região Intermediária: 4100 – Estado

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 2 de 61)

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações do Governo Federal - [compras.gov.br](https://www.gov.br/compras/pt-br). O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, <http://www.comprasparana.pr.gov.br> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Os trabalhos serão conduzidos pela Agente de Contratação Amanda Sousa Araujo designada pela Resolução SEIL nº 033 de 30 de setembro de 2024.

E-mail: licitacaoaseil@infra.pr.gov.br

Telefones: (41) 3304-8595

Endereço: Avenida Iguaçu, 420, Rebouças, CEP 80230-020, Curitiba/Paraná

O atendimento será feito no horário das 09h às 12h e das 14h às 17h.

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e no Decreto nº 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico www.administracao.pr.gov.br/compras ou via e-mail, pelo endereço eletrônico licitacaoaseil@infra.pr.gov.br, pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, pelo Decreto nº 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1 Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor máximo global do lote, fixado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.1.1 Os valores que permanecerem acima do valor unitário máximo do lote, nesta fase, serão desclassificados.

2.2 O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de MENOR PREÇO.

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do valor unitário máximo do lote, serão desclassificadas.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior a **180 (cento e oitenta) dias**.

4 PROPOSTA PARCIAL:

4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

5 GARANTIA:

Será exigida garantia da execução do contrato, na forma da cláusula 12 da Minuta de Contrato (Anexo VII).

6 CONSÓRCIO:

6.1 Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo, Item 15 – Anexo I - Termo de Referência.

7 DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE:

7.1 O contratado deverá apresentar o programa de integridade com o cronograma de implantação do citado programa, no prazo de 6 (seis) meses a contar da celebração do contrato.

7.2 O programa de integridade deverá ser elaborado de acordo com o disposto no art. 531 e seguintes do Decreto Estadual nº10.086, de 2022, no que couber.

7.3 Na hipótese de não implantação do programa de integridade de que trata o item **9.1** o contratado estará sujeito a multa por inexecução parcial, nos termos previstos no instrumento convocatório e no contrato.

8 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL ([página 4 de 61](#))

- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Locais de Entrega;
- Anexo VII – Minuta de Contrato;
- Anexo VIII – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;
- Anexo IX – Declaração LGPD;
- Anexo X – Regramento para elaboração do programa de integridade.

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Portal de Compras do Governo Federal COMPRAS.GOV, no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual www.administracao.pr.gov.br/compras.

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual (Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP), conforme instruções que podem ser obtidas no sítio <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante, junto ao sistema de compras eletrônicas do Portal Nacional de Contratações Públicas, implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à Concorrência Eletrônica.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 6 de 61)

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item;

4.1.2 Marca;

4.1.3 Fabricante;

4.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a **180 (cento e oitenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 7 de 61)

4.6 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **1%**.

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.9.1 A escolha do modo de disputa aberto fundamenta-se na transparência e na igualdade de condições, na promoção da competitividade, na eficiência do processo e no atendimento ao interesse público. Esse modo atende aos princípios e exigências legais, e contribui para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **2 minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 8 de 61)

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 O Critério de julgamento adotado será o *menor preço*, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada.

5.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.23 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.24 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.24.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.24.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.24.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante.

5.25 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.

6.3 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 9 de 61)

se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.6 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **2 (dois) dias úteis**, sob pena de não aceitação da proposta.

6.6.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 10 de 61)

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 11 de 61)

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato no prazo de **120 (cento e vinte) dias**, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

11.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

11.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

11.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 12 de 61)

11.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \cdot \frac{I}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual
= 6%.

11.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplimento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplimento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 13 de 61)

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

13.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

13.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

13.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 12 de junho de 2026

(Assinado eletronicamente)

Rejane Karam

Chefe do Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 14 de 61)

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

1. OBJETO

- 1.1** Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte aquaviário de passageiros entre Paranaguá e Ilha do Mel, por meio de embarcação tipo catamarã.

Lote único	Descrição do objeto	Exigências complementares do item	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	Prestação de serviço de transporte aquaviário de passageiros, entre Paranaguá e a Ilha do Mel, por meio de embarcação tipo catamarã, fabricada em fibra de vidro reforçada ou alumínio naval ASTM 5083, com capacidade mínima de 55 passageiros, incluindo a disponibilização de tripulação habilitada e a execução de manutenção preventiva e corretiva.	Conforme especificações técnicas	R\$ 290.000,00	R\$ 3.480.000,00
Item 2	Viagens excedentes	Sob demanda/ Conforme especificações técnicas	R\$ 3.222,23	R\$ 386.666,67

1.2 DESCRIÇÃO DO OBJETO

A contratação compreende a prestação do serviço de travessia por meio de uma embarcação tipo catamarã, sendo incluso todos os insumos necessários (exceto combustível) para a execução contínua, regular e segura do serviço, em conformidade com as normas da autoridade marítima e demais legislações aplicáveis.

A rota operacional da travessia deverá seguir o seguinte itinerário:

- 1. Embarque inicial:** Paranaguá
- 2. Primeira parada:** Brasília – Ilha do Mel
 - Desembarque de passageiros

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 15 de 61)

- Embarque de passageiros com destino a Paranaguá

3. Segunda parada: Encantadas – Ilha do Mel

- Desembarque de passageiros
- Embarque de passageiros com destino a Paranaguá

4. Retorno: Paranaguá

- Desembarque final dos passageiros provenientes da Ilha do Mel



Os horários das travessias deverão ser definidos previamente ao início da operação, em comum acordo entre a Secretaria de Infraestrutura e Logística – SEIL, a Prefeitura de Paranaguá e a Contratada. Após o início da prestação do serviço, os horários poderão ser ajustados conforme a avaliação da demanda e a consolidação operacional da rota, respeitando-se o limite mínimo de 03 (três) viagens diárias, a serem realizadas no período compreendido entre 08h00 e 18h00.

A contratada será responsável pelo serviço da travessia, incluindo a operação da embarcação, disponibilização de tripulação habilitada, manutenção e demais insumos necessários para a execução contínua, regular e segura do serviço, em conformidade com as normas da autoridade marítima e demais legislações aplicáveis, excetuando-se o combustível.

Salienta-se que a remuneração do contratado se dará apenas pelo valor mensal definido em sua proposta, não cabendo complementação por parte do Contratante ou usuário.

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 16 de 61)

1.3 EXECUÇÃO DA TRAVESSIA

A tripulação (profissionais) deverá ser treinada/habilitada à condução, amarração, fundeio, combate a incêndio e faina de abandono. Este treinamento deverá estar previsto em programas da CONTRATADA e sua execução documentada com certificados, encaminhando relatório mensal com cópia do plano dos treinamentos realizados.

A embarcação deverá estar em bom estado de conservação, higiene e limpeza, sendo tarefas realizadas regularmente, pela tripulação, conforme frequência mínima recomendada a seguir:

- Diariamente:
 - Varrer o convés;
 - Lavar o piso do convés e sanitários;
 - Manter limpo o abrigo do tanque de combustível;
 - Manter limpo o depósito de componentes e lubrificantes;
 - Limpar as cabines de comando e a casa de máquinas;
 - Lavar o banheiro;
 - Em caso de manutenção deverá ser feita a limpeza da praça de máquinas, inclusive motores e chassis.
- Semanalmente:
 - Limpeza da praça de máquinas, inclusive motores e chassis;
 - Limpar as chaparias de cobertura dos motores, abrigo de passageiros, cabines de comando;
 - Inspeção e reaperto dos acoplamentos, (eixo-intermediário-reversor-motor);
 - Inspeção geral no sistema elétrico;
 - Limpeza e checagem das baterias, com pano seco.

1.4 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA EMBARCAÇÃO A SER UTILIZADA NA TRAVESSIA

1.4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS:

- Tripulantes: Espaço para 02 Tripulantes;
- Passageiros sentados: Entre 55 e 75 lugares;
- Lugares com acessibilidade: mínimo 02 lugares PCD;
- Rampas de acessibilidade;
- Pé direito: 2,20 metros no mínimo;
- Corredor: mínimo 1,20 metro de largura, para facilitar acesso PCD;
- Banheiros (lavabo): mínimo 1;
- Sistema de climatização por ar-condicionado dimensionado de forma adequada à sua capacidade de passageiros, garantindo condições de conforto térmico em todos os ambientes destinados aos usuários abastecido prioritariamente por energia solar;
- Velocidade de cruzeiro: mínimo 15 nós;
- Assoalho sem degraus;
- Sistema de aterramento com placa de cobre
- Janelas com vidro ou similares, contendo películas protetivas
- Classificação/Tipo de serviço: Transporte de Passageiros/Atenderá as prescrições aplicáveis constantes na NORMAM-02/DPC e apresentará condições de segurança, estabilidade e estruturais satisfatórias;
- Prever condições de acessibilidade, em especial para as situações de embarque, desembarque e travessia;
- Todos os componentes metálicos da embarcação deverão ser resistentes à corrosão ou possuir tratamento para tal;
- Toda estrutura como longarinas, reforços e plano de laminação devem seguir a NORMA ISO 12215-7:2020;

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 17 de 61)

- O convés deve possuir sistema auto esgotante;
- As embarcações deverão ser pintadas e plotadas com adesivos de acordo com as cores indicadas no manual de comunicação do Estado e orientação da Secretaria;
- A viagem deverá ser realizada no período médio de 45 minutos.

1.4.2 CASCO E CONVÉS:

- Catamarã com proa Falsa
- Casco fabricado em fibra de vidro ou Alumínio Naval ASTM 5083
- Utilização de espumas para ter flutuação positiva
- Reforço na base das bananas em caso de encalhe acidental
- Revestimento térmico por todo o teto e laterais da embarcação
- Boca: entre 6 a 7,50 metros
- Calado: entre 70 cm a 1,5 metros
- Comprimento: entre 11 a 16 metros
- Arqueação Bruta: entre 12 e 20 toneladas
- Propulsão: Pé de galinha (eixo transpassante)
- Sistema de Vedação: gaxeta ou similares
- Acoplamento ao motor: acoplamento elástico e cardan
- Base do Motor: Coxim
- Cofre de Motor e tanques de combustível revestidos com chapa antichama
- Abafamento do motor: espumas antirruído
- Embarque com ponte mecânica ou hidráulica controlada pelo operador da embarcação
- Sistema de navegação e luzes de navegação
- Direção hidráulica
- Sistema de injeção eletrônica

1.4.3 EQUIPAMENTOS DE NAVEGAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Serão instalados os seguintes equipamentos:

- Uma buzina elétrica ou de ar comprimido, específica para uso náutico;
- Módulos digitais, que controlam e alimentam o GPS/Plotter com carta, interface, sonda digital, sensor de velocidade e temperatura da água.
- Um rádio VHF fixo;
- Uma antena para VHF com suporte de inox de longo alcance;
- Um GPS com sonar, de no mínimo 7 polegadas;
- Uma carta náutica para o GPS (caso ela não venha incluída no GPS);
- Um radar digital compatível e integrado com o GPS fornecido;
- Uma agulha magnética (Bússola);
- GPS com AIS (para recebimento e transmissão de sinais);

1.4.4 PROPULSÃO E GOVERNO:

- Dois motores a diesel, de marcas renomadas com assistência técnica autorizada em um raio de até 150 km do Município de Paranaguá-PR.
- Cada motor deve ter no mínimo 250 hp de potência;
- Bloco em aço fundido
- Sistema Arrefecimento: troca térmica água salgada com água doce
- Sistema elétrico e controle: controle a distância através chicotes
- Cabos estanhados e bateria de lítio para alimentar e Chumbo ácido para o motor

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 18 de 61)

- sistema de injeção dos motores: eletrônica common *rail* da Bosch
- Detalhamento de Bloco e Cabeçote: cabeçotes: individuais
- Sistema de Lubrificação: por bomba de óleo na engrenagem principal
- Sistema de Combustível: Common *rail* Diesel
- Sistema de Admissão de Ar e Escapamento: Turbo inter e *aftercooler*
- Sistema de Arrefecimento: por bomba d'água interna e troca térmica água salgada com água doce em reservatório específico
- Sistema elétrico: eletrônico via Can j1939
- Sistema Elétrico e Controle: eletrônico dos motores
- Display para verificação total de todos os sensores da cabine do motor
- Nenhum tanque ou rede de combustível deverá estar posicionado em local onde qualquer derramamento ou vazamento dele proveniente, venha constituir risco de incêndio pelo contato com superfícies aquecidas ou equipamentos elétricos; e na saída de cada tanque de combustível deverá haver uma válvula de fechamento capaz de interromper o fluxo da rede.

1.4.5 EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

Equipamentos de salvatagem:

- Duas boias circulares, com retinidas e lanterna;
- Coletes salva-vidas classe II, em número suficiente para lotação da embarcação;
- Um jogo de sinais pirotécnicos;
- 04 extintores de incêndio tipo ABC com suportes em aço inox;
- Um conjunto de quadros RIPEAM;
- Os coletes salva-vidas deverão ser estivados de maneira a poderem ser prontamente utilizados, em local visível, bem sinalizado e de fácil acesso.

1.4.6 PLANOS E DOCUMENTOS

Na assinatura do contrato, serão necessárias a apresentação dos seguintes documentos:

- Desenho de arranjo geral;
- Memorial descritivo da embarcação;
- Arranjo geral;
- Arranjo estrutural;
- Arranjo da praça de máquinas;
- Diagrama das redes elétricas;
- Diagrama das redes hidráulicas;
- Plano de segurança e arranjo das luzes de navegação/sinalização;
- Plano de capacidade, Análise de estabilidade e folheto de carregamento e trim.

1.4.7 INFORMAÇÕES

Prestar aos usuários as seguintes informações, sempre através de cartazes afixados em locais de fácil visualização pelo público, tais como limites máximos de passageiros por convés, local de guarda dos coletes salva-vidas, número do telefone da empresa e da capitania dos portos e horários de travessias.

1.5 DA PADRONIZAÇÃO

Em atendimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021, e conforme as diretrizes internas da PGE/PR para contratações públicas, a presente licitação está em conformidade com os critérios de padronização de bens, adotando como referência especificações técnicas previamente definidas para embarcações compatíveis com as necessidades institucionais.

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 19 de 61)

As características técnicas dos itens foram estabelecidas com base:

- Nas exigências operacionais dos setores usuários;
- Em pesquisas de mercado, que evidenciam modelos consolidados e amplamente utilizados na administração pública;
- Na homogeneidade necessária para manutenção, operação e treinamento de pessoal;
- Em experiências anteriores de uso de embarcações similares por órgãos estaduais.

Dessa forma, busca-se garantir que prestação do serviço por meio embarcação tipo catamarã atenda aos critérios de qualidade, durabilidade, navegabilidade e segurança, além de assegurar padronização de modelos, motorização, acessórios e materiais construtivos, facilitando o controle logístico, a capacitação dos operadores e a reposição de peças.

1.6 DO FORNECIMENTO

- O prazo de início para operação da travessia será de 100 (cem) dias a serem contados a partir da Ordem de Serviço
- Cabe a CONTRATADA fornecer:
 - Mão de obra especializada, adequada, e necessária à total execução dos serviços, objeto do Contrato, através de profissionais habilitados e qualificados, devidamente credenciados e identificados, atendendo aos turnos de serviço da travessia, em condições de absoluta segurança, em consonância com as exigências da legislação trabalhista e de segurança no tráfego aquaviário.
 - Equipamentos de Proteção Individual - EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC, para seus empregados, conforme legislação vigente, de acordo com ANEXO I, deste Termo de Referência. Equipamentos e material de consumo para as embarcações tais como: óleo hidráulico, óleo de motor, graxa, filtros, cabo de aço, tintas, etc, exceto óleo diesel marítimo usado para abastecimento da embarcação na execução dos serviços.
 - Mão de obra, equipamentos, peças e materiais para a execução das manutenções preventivas e corretivas, exceto para os casos decorrentes de fato de responsabilidade da CONTRATANTE
 - Material necessário para execução dos serviços, das instalações e embarcações, relativos à limpeza e higiene, incluindo solventes e "trapos/estopas", os quais deverão ser biodegradáveis.
 - Material de apoio à equipe, tais como café, açúcar, bebedouro com água potável.
 - No mínimo, 01 (um) aparelho telefônico celular, com DDD 41 para a embarcação, que ficarão à disposição de seus profissionais para comunicação com a fiscalização da CONTRATANTE;
 - Equipamentos de salvatagem nas embarcações, em atendimento das Normas da autoridade marítima – NORMAM (coletes de salva-vidas; Boias salva-vidas, caixa de primeiros socorros; extintores de incêndios, etc.).

1.7 AMOSTRAS

Não será exigida a apresentação de amostra das embarcações licitadas, tendo em vista que as especificações técnicas detalhadas constantes neste Termo de Referência, aliadas à obrigatoriedade de apresentação de catálogo técnico e proposta com imagens e informações do fabricante, são suficientes para aferição da conformidade do objeto ofertado com as necessidades da Administração.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná (SEIL) é responsável pelo planejamento, coordenação, fiscalização, controle e execução das atividades do setor de infraestrutura e logística no Estado, abrangendo os modais de transporte rodoviário, ferroviário, aeroviário, aquaviário e dutoviário. De acordo com o Decreto nº 4.523/2020, que aprova o regulamento da SEIL, um dos objetivos

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

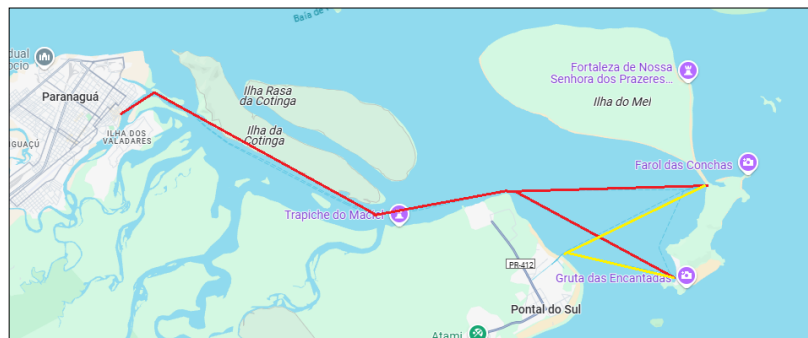
Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 20 de 61)

básicos é a promoção da articulação da política, planos, programas, projetos e ações de infraestrutura e logística priorizando a integração dos diversos modais no conceito de rede de mobilidade sustentável e voltados para o desenvolvimento socioeconômico ambiental.

Assim, dentre as atribuições da SEIL, fica em evidência o papel de fomentar o desenvolvimento da infraestrutura de transportes em caráter multimodal, sempre buscando atender as demandas da sociedade e também diversificando a matriz de transportes (majoritariamente rodoviária). Neste contexto destaca-se o papel da SEIL de assegurar a disponibilidade de serviços de travessia aquaviária nas áreas do litoral paranaense.

Atualmente o serviço de transporte aquaviário de passageiros é realizado por prestadores locais através de suas embarcações particulares, em algumas rotas costumam ser credenciados por meio de Chamamento (instrumento precário). Estas embarcações se caracterizam por serem confeccionadas de forma “artesanal”, constituídas de madeira, movidas por um único motor a diesel, de baixa potência, e com estrutura desprovida de condições de acessibilidade, sustentabilidade, e outras que proporcionem maior conforto ao usuário.

Identificada a necessidade de embarcações mais atuais, seguras e confortáveis para o deslocamento da população, cabe observar que essa demanda implica em se obter embarcações aptas a operar nas condições de navegação do Litoral Paranaense, em especial na rota Paranaguá à Ilha do Mel. Este trecho de aproximadamente 15 mn (quinze milhas náuticas), possui características próprias por atravessar um canal de navegação que dá acesso ao Porto de Paranaguá, com intensa movimentação de navios cargueiros, influenciando nas condições marítimas do local. Ainda, deve-se atentar ao canal que dá acesso ao Terminal Aquaviário de Pontal do Sul e às proximidades dos Trapiches da Ilha do Mel, caracterizados por não oferecerem grandes calados às embarcações. A seguir, um demonstrativo da rota, em vermelho, que atualmente é utilizada para o transporte na região.



Fonte: Google Maps

Legenda:

Vermelho: Demonstrativo da rota entre Paranaguá e Ilha do Mel, cerca de 23km de distância.

Amarelo: Demonstrativo da rota entre Pontal do Paraná e Ilha do Mel, distância de cerca de 5km.

Para além disso, a contratação do serviço visa ainda atender a uma demanda direta do Governo do Estado no âmbito do atendimento específico à um nicho de turistas que recentemente vem sendo predominante no litoral Norte. Após as recentes ações da Secretaria do Turismo ao realizar passeios com navios turísticos internacionais, verificou-se que as atuais embarcações não atendem à expectativa dos passageiros em termos de modernidade e conforto, sendo esta uma opção estratégica para, além de fazer apenas o transporte regular da linha entre Paranaguá e a Ilha do Mel, alavancar o potencial turístico do litoral Norte como um todo.

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 21 de 61)

Nesse sentido, tem-se um aspecto de relevância significativa para a problemática em questão, uma vez que o tanto o Estado do Paraná como o próprio Município não possuem embarcações próprias para transporte de grandes quantitativos de passageiros, em caso de interrupção da prestação dos serviços pelos prestadores atuais, fica comprometido o deslocamento da população local e dos turistas. Assim, com a contratação do serviço pelo Estado também procura-se sanar o risco da ocorrência de interrupção intempestiva por parte dos prestadores de serviço. Ressalta-se que a prestação do serviço, por período determinado, propicia à Administração melhor possibilidade de dimensionar as demandas por transporte na região e verificar a consolidação das rotas aquaviárias, podendo subsidiar no futuro uma possível aquisição ou formulação de solução mais adequada às problemáticas encontradas.

Cabe esclarecer ainda que a Ilha do Mel vem passando por importantes intervenções de infraestrutura voltadas à melhoria das condições ambientais e sanitárias, especialmente relacionadas à ampliação e modernização dos sistemas de saneamento básico, junto a implantação de sistemas de controle de acesso por cadastramento facial. Tais investimentos públicos têm como objetivo preservar o patrimônio ambiental da ilha, melhorar a qualidade de vida da população residente e garantir condições adequadas para o desenvolvimento sustentável da atividade turística. Como resultado dessas melhorias, estima-se que a capacidade de ocupação da ilha, atualmente limitada a aproximadamente 5.000 (cinco mil) pessoas simultaneamente, possa ser ampliada para cerca de 11.000 (onze mil) pessoas.

Nesse contexto, torna-se igualmente necessário que a infraestrutura de acesso ao território acompanhe esse processo de qualificação, oferecendo meios de transporte mais modernos, seguros e confortáveis aos usuários. A disponibilização de embarcação com melhores padrões construtivos e operacionais contribui para alinhar a mobilidade de acesso à ilha com os demais investimentos realizados na região, promovendo uma experiência de deslocamento compatível com o nível de infraestrutura que vem sendo implantado e fortalecendo a atratividade turística do destino.

Observou-se também os demais investimentos previstos em Paranaguá, como a requalificação da Orla que será promovida pelo IAT, com o surgimento da demanda por embarcações com alto nível de conforto nos navios de cruzeiro, chamadas de “vip”, e do baixo nível de conforto dos prestadores atuais, a fim de realizar uma ação coordenada com os demais órgãos e otimizar a utilização de recursos públicos, optou-se por transferir a contratação para atendimento no município vizinho. Em Paranaguá, existe a possibilidade de migração de parte da demanda de Pontal do Paraná para utilização do serviço de melhor valor agregado, sem causar grande impacto nos prestadores de serviço daquela região, por buscar atender um público-alvo diferente daquele.

Destaca-se que a operação da travessia com origem no município de Paranaguá apresenta vantagens logísticas relevantes para o fortalecimento da atividade turística na Ilha do Mel, a qual constitui uma das principais fontes de renda da população local. O acesso rodoviário a Paranaguá ocorre predominantemente pela BR-277, rodovia que possui infraestrutura consolidada, maior capacidade de tráfego e melhores condições operacionais de circulação, garantindo maior previsibilidade e estabilidade no deslocamento de visitantes oriundos da Região Metropolitana de Curitiba e de outras regiões do Estado. Em contrapartida, o acesso ao Terminal Aquaviário de Pontal do Sul, no município de Pontal do Paraná, ocorre por meio de rodovias com menor capacidade operacional e que, especialmente durante períodos de alta temporada turística e feriados prolongados, apresentam elevados níveis de saturação do tráfego, resultando em congestionamentos significativos e aumento do tempo de viagem.

A contratação proposta possibilita que, nos períodos de menor demanda turística, o serviço seja utilizado em ações de interesse público e caráter social, tais como o transporte de grupos escolares em atividades pedagógicas, deslocamento de equipes de saúde para atendimento à população residente na ilha, apoio a programas institucionais, ações de educação ambiental e outras iniciativas compatíveis com a finalidade pública da contratação. Tal diretriz contribui para ampliar o aproveitamento da infraestrutura disponibilizada, promover a integração entre o continente e a comunidade local e maximizar os benefícios sociais decorrentes da implantação da nova solução de mobilidade aquaviária.

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 22 de 61)

Dessa forma, a disponibilização do serviço de transporte aquaviário a partir de Paranaguá configura-se como alternativa estratégica para otimizar o fluxo de visitantes com destino à Ilha do Mel, contribuindo para a melhoria da mobilidade turística no litoral paranaense e ampliando as possibilidades de acesso ao destino. Assim, ao oferecer uma alternativa de acesso mais eficiente e estruturada, a iniciativa contribui para fortalecer a cadeia produtiva do turismo, estimulando a circulação de visitantes, o aumento da permanência média na região e a geração de renda para os moradores da ilha.

Diante ao exposto, fica evidente que a solução proposta proporciona maior conforto aos usuários, prevendo a utilização de embarcação do tipo catamarã, cuja configuração estrutural, caracterizada pelo casco duplo, proporciona maior estabilidade durante a navegação, especialmente em condições de maré e ondulação típicas da Baía de Paranaguá. Esse tipo de embarcação também permite melhor aproveitamento do espaço interno, possibilitando a oferta de maior conforto aos passageiros por meio de assentos adequados, maior proteção contra intempéries, melhor ventilação e condições mais favoráveis de embarque e desembarque. Dessa forma, a adoção de embarcação com padrão construtivo mais moderno e voltado ao transporte coletivo de passageiros contribui para elevar o nível de qualidade do serviço prestado, atendendo às expectativas tanto da população local quanto dos turistas que visitam a região, além de alinhar a prestação do serviço aos objetivos institucionais de promoção da mobilidade e da infraestrutura de transportes de forma mais eficiente, segura e integrada.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Para suprir a necessidade de “melhoria das embarcações que realizam o transporte aquaviário de passageiros no litoral do Paraná” a solução escolhida consiste na contratação da prestação de serviço da travessia por meio de embarcação tipo catamarã, para o trajeto entre Paranaguá e a Ilha do Mel, estimando a quantidade de 3 viagens (ida e volta) por dia.

A travessia deverá atender todas as especificações e padrões exigidos no item “1.3 EXECUÇÃO DA TRAVESSIA” e “1.4 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA EMBARCAÇÃO A SER UTILIZADA NA TRAVESSIA”, inclusive nas garantias e seguros prestados pelo fornecedor, a fim de mitigar riscos para o Estado.

Junto ao serviço contratado, e devido a variabilidade do fluxo de usuários ao longo do ano, especialmente em função da sazonalidade característica da Ilha do Mel, que apresenta picos de movimentação durante a alta temporada e redução significativa do volume de passageiros nos períodos de menor fluxo turístico considera-se que poderão ser demandadas 10 (dez) viagens adicionais por mês, devendo ser remuneradas sob demanda.

A solução proposta de contratação do serviço de travessia por meio de embarcação destinada ao transporte aquaviário de passageiros entre Paranaguá e Ilha do Mel, garante sua eficiência, segurança e conformidade com as normativas ambientais e sociais pertinentes.

4. PESQUISA DE PREÇOS

A pesquisa mercadológica foi fundamental para a definição da melhor estratégia quanto à forma e às características do objeto a ser licitado, tendo em vista a complexidade da solução pretendida e o caráter inovador da contratação no âmbito da administração pública estadual. O levantamento de mercado foi conduzido de forma estruturada, buscando identificar fornecedores capazes de disponibilizar embarcações com características técnicas compatíveis com as condições operacionais da travessia e com o padrão de qualidade pretendido para a prestação do serviço de transporte de passageiros.

Considerando que o setor de construção e operação de embarcações apresenta especificidades técnicas próprias da engenharia naval e que, no âmbito da gestão pública do Estado do Paraná, não há

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 23 de 61)

precedentes recentes de contratação de solução com características semelhantes, a metodologia adotada contemplou inicialmente a realização de consultas técnicas, diálogos com agentes do setor e levantamento exploratório de mercado, seguidos da etapa de pesquisa mercadológica propriamente dita. Tal abordagem teve como objetivo ampliar o conhecimento sobre as soluções disponíveis, identificar fornecedores potencialmente aptos a atender às exigências operacionais da travessia e subsidiar a definição dos parâmetros técnicos e econômicos da contratação.

Durante o processo de levantamento mercadológico foram consultadas diversas empresas atuantes no segmento de prestação de serviço de transporte de passageiros por meio de embarcações. Contudo, verificou-se apenas três empresas que apresentaram condições de atender integralmente aos requisitos técnicos estabelecidos para a contratação, especialmente no que se refere ao tipo de embarcação, capacidade operacional, padrões de conforto aos usuários, estabilidade de navegação e adequação às condições específicas da rota entre Paranaguá e a Ilha do Mel.

Como resultado da pesquisa de mercado realizada, foram obtidas três referências de preço compatíveis com o padrão técnico estabelecido para a contratação do serviço. As estimativas apresentadas pelas empresas consultadas indicaram valores mensais de R\$ 410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais), R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais) e R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), contemplando a prestação do serviço de travessia em condições operacionais adequadas, conforme especificações técnicas preliminares adotadas no estudo.

Ressalta-se que outras empresas consultadas durante a fase de levantamento de mercado manifestaram interesse inicial na contratação; entretanto, suas embarcações ou modelos de operação não atenderam integralmente às especificações técnicas definidas para a solução pretendida, especialmente quanto às características construtivas da embarcação, capacidade de transporte de passageiros, condições de conforto e requisitos operacionais necessários para a realização da travessia nas condições do litoral paranaense.

Diante da limitada oferta de fornecedores aptos a atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas, circunstância comum em mercados altamente especializados como o da engenharia naval aplicada ao transporte de passageiros, conclui-se que as informações obtidas na pesquisa mercadológica são suficientes para subsidiar a estimativa do valor da contratação. Assim, os valores levantados serviram como base para a elaboração do orçamento estimado da licitação, garantindo razoabilidade econômica, aderência às condições reais de mercado e segurança na definição dos parâmetros financeiros do processo licitatório.

Como resultado da pesquisa realizada, foram obtidas três referências de preço compatíveis com o padrão técnico exigido de fornecedores diferentes, cujas propostas encontram-se anexadas neste documento. Na sequência é apresentada a memória de cálculo que detalha a formação do preço máximo estimado, através da **mediana** das propostas recebidas, em valor unitário de R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais), e de R\$ 3.480.00,00 (três milhões, quatrocentos e oitenta mil reais) para a prestação de serviços.

A partir das propostas de preços apresentadas em valor global mensal, e considerando a possibilidade de realização de viagens adicionais além da programação regular, estimou-se o valor de referência por viagem excedente de forma proporcional ao valor mensal ofertado, obtido pela mediana. Para tanto, adotou-se como premissa operacional a realização de 03 (três) viagens diárias, totalizando 90 (noventa) viagens por mês, considerando operação ao longo de 30 dias mensais.

Dessa forma, o valor estimado por viagem adicional foi obtido mediante a divisão do valor mensal da proposta pelo quantitativo de 90 viagens mensais previstas como referência operacional, conforme demonstrado a seguir:

$$\text{Valor unitário estimado da viagem adicional} = \text{Valor mensal da proposta} \div 90 \text{ viagens/mês}$$

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL ([página 24 de 61](#))

Considerando o valor mensal de R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais), obteve-se o valor estimado de R\$ 3.222,23 (três mil duzentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) por viagem adicional.

Ressalta-se que tal metodologia foi adotada exclusivamente para fins de estimativa de custo das viagens excedentes, uma vez que o mercado consultado apresentou seus valores em formato global mensal, contemplando a disponibilização integral da embarcação, tripulação, manutenção e demais custos necessários à operação regular da travessia.

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 25 de 61)

Item	DESCRIÇÃO	Quantidade	Empresa 01		Empresa 02		Empresa 03		MEDIANA		MÉDIA	
			Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Prestação de serviços de transporte aquaviário de passageiros entre Paranaguá e Ilha do Mel, por meio de embarcação tipo catamarã, incluindo tripulação e manutenção	12	R\$ 270.000,00	R\$ 3.240.000,00	R\$ 290.000,00	R\$ 3.480.000,00	R\$ 410.000,00	R\$ 4.920.000,00	R\$ 290.000,00	R\$ 3.480.000,00	R\$ 323.333,33	R\$ 3.880.000,00
2	Viagens excedentes	120	R\$ 3.000,00	R\$ 360.000,00	R\$ 3.222,22	R\$ 386.666,67	R\$ 4.555,56	R\$ 546.666,67	R\$ 3.222,22	R\$ 386.666,67	R\$ 3.592,59	R\$ 431.111,11

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 26 de 61)

5. PARCELAMENTO DO OBJETO

A opção pelo não parcelamento do objeto justifica-se com base no Art. 40, §2º da Lei nº 14.133/2021, visando a integridade da responsabilidade técnica e operacional. A segregação do serviço entre locação, manutenção e tripulação comprometeria a eficiência do serviço, uma vez que a segurança da navegação exige coordenação unitária imediata. Ademais, a unificação evita conflitos de responsabilidade em eventuais sinistros e garante a disponibilidade contínua da embarcação para a travessia Paranaguá-Ilha do Mel, atendendo ao interesse público e à economia administrativa.

Dessa forma, a contratação em lote único apresenta-se como medida mais prudente e economicamente vantajosa, garantindo uniformidade técnica, eficiência operacional e melhor alocação dos recursos públicos, atendendo ao interesse público e aos princípios que regem a Administração Pública, especialmente o da economicidade e da eficiência.

6. SUSTENTABILIDADE

Nos termos do art. 362 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, esta contratação observa, na medida do possível, critérios de sustentabilidade ambiental.

A escolha por embarcações com motores de maior potência e diesel para a prestação do serviço justifica-se por critérios técnicos operacionais, especialmente pela necessidade de prover maior eficiência e agilidade a travessia, em comparação com as embarcações atuais que utilizam apenas um motor diesel de baixa potência, além de utilizarem casco em madeira, opção não sustentável em termos de eficiência energética e manutenção, comparadas a embarcações em fibra de vidro ou alumínio.

Ainda assim, serão adotadas práticas sustentáveis compatíveis com o objeto, tais como:

- Preferência por produtos com maior durabilidade e resistência à corrosão;
- Embalagens recicláveis, reutilizáveis ou com logística reversa, sempre que possível;
- Orientação para descarte ambientalmente adequado de resíduos decorrentes do uso (como óleo lubrificante e baterias), conforme legislação vigente;
- Utilização de placas solares.

Essas medidas têm como objetivo reduzir o impacto ambiental da contratação, compatibilizando a necessidade operacional com os princípios da responsabilidade ambiental e da eficiência na Administração Pública.

7. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

8.1. Os objetos dessa licitação são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

8.1 O prazo para o início da operação é de até **100 (cem)** dias, contados a partir da Ordem de Serviço. Ressalta-se que a operação deverá ser iniciada na Estação Náutica de Paranaguá.

8.2 O prazo estabelecido justifica-se pela necessidade de organização operacional do serviço, incluindo a consolidação das rotas náuticas, mobilização da tripulação, adequação da embarcação e planejamento das atividades de manutenção, de modo a garantir a adequada prestação do serviço de transporte de passageiros.

8.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 27 de 61)

05 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.4 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no edital, conforme as condições e as necessidades do licitante.

8.5 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato).

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

9.1 São obrigações do Contratado:

9.1.1 Disponibilizar os profissionais devidamente capacitados e habilitados nos termos das especificações constantes deste Termo de Referência e iniciar os serviços, obrigatoriamente, em até 100 (cem) dias da Ordem de Serviço, nos locais e horários fixados pela CONTRATANTE, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo que a impossibilite de assumir os serviços conforme o estabelecido.

9.1.2 Manter nos períodos estabelecidos pela CONTRATANTE o serviço de travessia, cabendo à CONTRATADA toda e qualquer providência para que não haja interrupção da disponibilidade da embarcação, salvo em casos previamente acordados com o CONTRATANTE.

9.1.3 Na hipótese de impossibilidade de operação da embarcação, a Contratada deverá disponibilizar, em prazo compatível com a continuidade do serviço e às suas expensas, embarcação substituta que apresente condições técnicas equivalentes ou superiores às especificadas neste Termo de Referência, observando obrigatoriamente:

9.1.3.1 Conforto: Embarcação com as mesmas características de acomodação, proteção contra intempéries e acessibilidade;

9.1.3.2 Velocidade e Desempenho: Manutenção do tempo de travessia padrão, garantindo que o cronograma de horários não seja afetado;

9.1.3.3 Segurança: Regularidade total perante a Autoridade Marítima (CTS, CSN e Seguro DPEM válidos).

9.1.4 Responder pelo transporte dos seus profissionais envolvidos na execução do serviço de travessia, do local designado pela CONTRATADA (ponto inicial) até o local da execução dos serviços (vice e versa), bem como a alimentação e demais benefícios, de acordo com a Convenção Coletiva da categoria.

9.1.5 A CONTRATADA reconhece expressamente sua total e exclusiva responsabilidade por danos ou prejuízos causados por seu pessoal, que em qualquer hipótese venham sofrer a CONTRATANTE, terceiros, coisas e/ou propriedade de terceiros, em decorrência dos serviços ora contratados

9.1.6 Não exclui ou reduz esta responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por representantes do CONTRATANTE

9.1.7 Todos os ressarcimentos e indenizações correrão por conta exclusiva da CONTRATADA, a quem caberá também, manter sempre cobertos por seguros regulares os riscos de acidentes de trabalho dos seus funcionários, como também, dos equipamentos utilizados.

9.1.8 A CONTRATADA deverá responder com exclusividade e ainda arcar/assumir com todos os custos decorrentes de multas motivadas por infrações ou falha humana de seus profissionais, e/ou por má conservação dos equipamentos/instalações e/ou descumprimento de normas, aplicados pela Autoridade Marítima ou qualquer outro órgão fiscalizador.

9.1.9 A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços, objeto do Contrato, utilizando o mais alto nível da técnica atual, de acordo com as especificações estabelecidas pela CONTRATANTE neste Termo de Referência, empregando toda a habilidade, cuidado e economia no desempenho dos mesmos, devendo, em especial:

10.1.1.1. Observar rigorosamente as Normas da Autoridade Marítima cabíveis, as normas pertinentes ao trato com pessoas portadoras de deficiência física, a legislação vigente sobre a proteção do meio ambiente,

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 28 de 61)

acatar as determinações das autoridades competentes, bem como respeitar e fazer com que sejam respeitados, no tocante à disciplina e segurança do trabalho, os regulamentos e normas adotados na área de execução dos serviços, inclusive as regras sanitárias relacionadas com a atividade da CONTRATADA, em cada local de prestação de serviços.

- 9.1.9.1** Responsabilizar-se pelas vistorias junto à Marinha do Brasil, arcando com o ônus das taxas dessas vistorias.
- 9.1.9.2** Observar rigorosamente as Legislações Ambientais, Federais, Estaduais e Municipais, vigentes, acatando as determinações das autoridades competentes.
- 9.1.9.3** Respeitar e fazer com que sejam respeitados, no tocante à disciplina e segurança do trabalho, os regulamentos e normas adotados na área de execução dos serviços, inclusive as regras sanitárias estabelecidas, relacionadas com a atividade da CONTRATADA, em cada local de prestação de serviços.
- 9.1.9.4** Detalhar, sempre que solicitado pela fiscalização da CONTRATANTE ou a quem ela delegar, todas as informações pertinentes aos serviços, necessárias ao cumprimento do Contrato e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.
- 9.1.9.5** Responder pela execução dos serviços em estrita obediência aos códigos, regras e regulamentos emanados dos Governos Federal, Estadual e Municipal, bem como obter todas eventualmente necessárias à execução dos trabalhos.
- 9.1.9.6** Providenciar às suas expensas o pagamento de todos os encargos sociais, trabalhistas e fiscais incidentes, de acordo com a lei, seja de ordem municipal, estadual ou federal, inclusive impostos, taxas e recolhimentos da Marinha e alvarás de funcionamento.
- 9.1.9.7** Possuir equipamentos adequados e funcionários capacitados para perfeita execução dos serviços, adequando-se constantemente às novas tecnologias e materiais que venham a ser utilizados nas embarcações.
- 9.1.10** A CONTRATADA é responsável civil pelos danos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade pelo fato de existir a fiscalização ou acompanhamento de suas atividades, por representantes da CONTRATANTE.
- 9.1.11** Caso a CONTRATANTE venha a constatar, por si, ou por reclamação de usuários, comprovadamente, a incapacidade, indisciplina, ou ineficiência de qualquer dos funcionários da CONTRATADA, que cause prejuízos aos serviços do objeto deste Contrato, solicitará a CONTRATADA que proceda a imediata substituição desses funcionários, devendo os mesmos serem repostos, sem prejuízo dos serviços em andamento
 - 9.1.11.1** Qualquer funcionário da CONTRATADA dispensado por solicitação da Fiscalização não poderá ser reapresentado, por qualquer circunstância ou motivo, durante a execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência
- 9.1.12** A CONTRATADA obriga-se a não prestar informações de qualquer ordem a terceiros, técnicas ou não, sobre a natureza ou andamento da execução dos serviços, ou divulgá-las por qualquer outra forma, inclusive por meio de captação e distribuição de imagens, sem a prévia autorização escrita da CONTRATANTE.
- 9.1.13** A CONTRATADA deverá apresentar todo o pessoal do serviço nos locais de trabalho, devidamente uniformizados e identificados com crachá, com foto atualizada, número de registro e nome da CONTRATADA em local visível, e, quando necessário, equipados com os dispositivos de segurança previstos nas normas de segurança do trabalho e determinadas pela CONTRATANTE.
- 9.1.14** A CONTRATADA deverá implantar turnos de trabalho que consideram a características do serviço (sábados, domingos e feriados).

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 29 de 61)

- 9.1.14.1** Os horários que a CONTRATADA vier propor deverão resguardar e considerar os dispositivos legais pertinentes, eventuais acordos ou convenções coletivas e as necessidades operacionais de cada travessia.
- 9.1.14.2** A CONTRATADA deverá aplicar em seus empregados treinamento e reciclagem semestral, devendo ser cumpridas as determinações constantes das Normas da Autoridade Marítima.
- 9.1.15** A CONTRATADA deverá verificar a existência de quaisquer interferências ou impedimentos à perfeita execução de suas tarefas, devendo consultar a CONTRATANTE sobre como saná-las.
- 9.1.16** A CONTRATADA deverá informar a fiscalização da CONTRATANTE, imediatamente: os defeitos, avarias ou más condições de operação de embarcações, equipamentos e infraestrutura do sistema de Travessias que possam trazer algum risco ou prejuízo a terceiros, sendo responsável integralmente pelo atendimento e ressarcimento a esses terceiros em razão de sua omissão ou atraso no acionamento da CONTRATANTE.
- 9.1.17** A CONTRATADA, antes da data de início dos serviços, deverá fornecer apólices dos seguros
- 9.1.18** A CONTRATADA, independentemente de qualquer controle que a fiscalização vier a executar, deverá prover controle que lhe assegure a qualidade dos serviços sob sua responsabilidade, encaminhando relatórios periodicamente a CONTRATANTE.
- 9.1.19** A CONTRATADA obriga-se a cumprir a legislação referente a Segurança do Trabalho, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional (SMS)
- 9.1.20** Durante a vigência do contrato a CONTRATADA deverá zelar pelos itens e providenciar a reposição sempre que necessário, como também deverá substituir imediatamente todos os materiais e/ou equipamentos que forem danificados, de maneira a manter o adequado funcionamento dos serviços de operações, sem quaisquer cobranças de custos adicionais para a CONTRATANTE
- 9.1.21** Manter a equipe exigida para atender aos turnos de serviço da travessia, em condições de absoluta segurança, atendendo as exigências da legislação trabalhista e de segurança no tráfego aquaviário.
- 9.1.22** Manter atualizada autorização de funcionamento e registro junto aos órgãos controladores necessários a execução dos serviços.
- 9.1.23** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;
- 9.1.24** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.1.25** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 9.1.26** comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.1.27** indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;
- 9.1.28** manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.29** manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;
- 9.1.30** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 30 de 61)

9.1.31 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

9.1.31.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

9.1.31.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

9.1.31.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

9.2 São obrigações do Contratante:

9.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

9.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

9.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

9.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

9.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

9.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

9.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

9.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

9.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

10. FORMA DE PAGAMENTO E MEDIÇÃO

10.1 O pagamento mensal será efetuado com base na prestação efetiva do serviço, observando-se os seguintes critérios de remuneração:

10.1.1 Prestação de Serviço Mensal: A Contratada receberá o valor fixo proposto, correspondente à disponibilização integral da embarcação, tripulação e manutenção para a realização de até 90 (noventa) viagens mensais (média de 03 viagens diárias).

10.1.2 Viagens Sob Demanda (Excedentes): Caso a demanda exija a realização de viagens além da franquia mínima, estas serão remuneradas pelo valor unitário apresentado por travessia adicional.

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 31 de 61)

10.1.2.1 Limite de Viagens Extras: Fica estabelecida uma margem de segurança de até 10 (dez) viagens excedentes por mês, totalizando um teto contratual de 120 viagens, salvo necessidade excepcional devidamente autorizada pela Fiscalização.

10.2 A medição dos serviços será realizada mensalmente por meio do fechamento do **Diário de Bordo**, onde deverão constar os horários de partida/chegada e o ateste de cada travessia pela Fiscalização.

10.3 Travessias não realizadas por culpa exclusiva da Contratada (falha técnica ou falta de pessoal) serão objeto de **glosa proporcional**, deduzida do valor da Prestação de Serviço Mensal.

10.4 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do ateste da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

10.5 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

10.5.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

10.6 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

10.6.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

10.7 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Secretaria da Infraestrutura e Logística - SEIL, situada à Avenida Iguaçu, 420, CEP 80.230-020, Rebouças, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ nº 13.937.166/0001-80, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

10.8 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 32 de 61)

11. CONDIÇÕES PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS

- 11.1** Para início dos serviços, os colaboradores deverão estar identificados por meio do uso obrigatório de uniformes e crachás, cujos custos são de responsabilidade da CONTRATADA.
- 11.2** Apenas poderão iniciar os serviços aqueles colaboradores que estiverem devidamente capacitados e treinados para as atividades de riscos, conforme determinado pela legislação.
- 11.3** A CONTRATADA deverá organizar de uma reunião, antes do início das operações, com a CONTRATANTE, na qual serão apresentados e discutidos os requisitos de Segurança do Trabalho, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional (SMS) para o presente contrato.
- 11.4** A CONTRATADA deverá entregar, em até 80 dias da emissão da Ordem de Serviço, os seguintes documentos em arquivos digitais:
- 11.4.1** Relação nominal dos empregados que irão desempenhar as atividades;
 - 11.4.2** Atestados de Saúde Ocupacional;
 - 11.4.3** Registros Funcionais dos funcionários;
 - 11.4.4** Fichas de Entrega de EPI por profissional;
 - 11.4.5** Ordem de Serviço de cada profissional;
 - 11.4.6** Comprovação de integração de SMS de todos os colaboradores que exercerão suas atividades;
 - 11.4.7** Programa de Capacitação e Treinamento;
 - 11.4.8** Certificados dos treinamentos já realizados pelos trabalhadores;
 - 11.4.9** Plano de Gerenciamento de Riscos e de Respostas a Emergências.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

- 12.1** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 12.2** Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 12.3** Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no Anexo II deste edital;
- 12.3.1** Na habilitação econômico-financeira, a exigência de índices de liquidez especificados no Anexo II, demonstra a preocupação da Administração com a estabilidade financeira do contratado, pois tais índices evidenciam o percentual do ativo em relação ao passivo, exigindo-se número maior de 1,0 (um inteiro) para comprovar que a empresa possui mais bens e direitos do que obrigações. Uma empresa com índices menores que o apontado pode significar que seu Ativo está comprometido com dívidas, podendo culminar na descontinuidade das operações e consequentemente no abandono do contrato. Salienta-se que a exigência de comprovação de que o patrimônio líquido corresponda ao menos em 10% do valor do contrato, decorre do elevado valor previsto para contratação, exigindo capacidade econômico-financeira compatível com os riscos e responsabilidades do fornecimento.
- 12.4** Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 12.4.1** **Prestação de Serviço Mensal:** Valor unitário de **R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais);**
 - 12.4.2** **Parcela Variável (Excedente):** Valor unitário de **R\$ 3.222,23 (três mil, duzentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos)** por cada viagem adicional realizada
- 12.5** O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.
- 12.6** As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 33 de 61)

12.7 O pagamento dos serviços executados se processará na forma de Empreitada por preço unitário, sendo remunerados de acordo respectivos preços propostos pela empresa selecionada.

12.8 Em cada medição a ser implantada, a CONTRATADA assinará e juntará declaração nos seguintes termos:

- Declaro que a medição ora submetida ao pagamento foi realizada por esta Contratada e, portanto, nos responsabilizamos pela juntada dos dados, providências e informações nela constantes;
- Foram acompanhados e aceitos por esta contratada os serviços constantes na presente medição, onde se verificou o cumprimento das obrigações contratuais, obedecendo o respectivo TR, Termo de Referência e às Especificações Técnicas;

12.9 Os valores dos produtos e totais de medições são precificados em moeda corrente do país e seus pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias corridos de prazo, contados da data do atesto na respectiva Nota Fiscal de cada medição, desde que a Contratada;

- Esteja com documentação fiscal e trabalhista regular junto ao Cadastro Unificado/Geral de Fornecedores do Estado do Paraná, no Sistema GMS;
- Informe, expressamente, os dados da agência e conta corrente junto ao Banco do Brasil S/A.

12.10 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Consultora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a SEIL.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.2 Será admitida a subcontratação parcial do fornecimento, no percentual de 25% (vinte e cinco), desde que justificada e aceita pela Administração, nas seguintes condições:

14.2.1 A subcontratada deve apresentar os mesmos requisitos de habilitação do Contratado.

14.2.2 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e a coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14.2.3 É vedada a subcontratação completa da parcela principal da obrigação.

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 34 de 61)

14.2.4 A proponente deverá exigir, de todas as suas Subcontratadas, o cumprimento de obrigações idênticas às fixadas para ela no futuro contrato, no que assim couber.

15. DA PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

De acordo com a Justificativa apresentada a seguir, está vedada a participação de licitantes sob a forma de Consórcio.

A participação de licitantes em regime de consórcio é uma prerrogativa da Administração Pública, nos termos do Art. 15 da Lei Federal nº 14.133/21, devendo, todavia, sua adoção ser justificada. Nesse sentido Marçal Justem Filho assevera que “a Lei 14.133/21 consagra como regra geral, a admissibilidade da participação de consórcios. Mas admite que, no caso concreto, seja afastada essa solução.” Ainda, com base no entendimento de Marçal Justem Filho, a decisão quanto a questão “deve ser antecedida de um processo e avaliação da realidade do mercado em face do objeto a ser licitado e a ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto”.

A presente licitação trata da prestação de serviço da travessia de passageiros, entre Paranaguá e a Ilha do Mel, por meio de embarcação tipo catamarã, configurando o fornecimento do objeto específico, com características bem definidas, em quantidade unitária, contexto que não justifica a participação de consórcio de empresas.

Também, prezando pela eficiência do processo como um todo, é objetivo da presente licitação a contratação direta da pessoa jurídica que detém a expertise para confecção e fornecimento do objeto, eliminando a atuação de intervenientes desnecessários ao processo. Ademais, a participação de consórcios é recomendável quando objeto for considerado “de alta complexidade ou vulto”, o que não é o caso do objeto em exame.

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1 O adjudicatário, no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 96 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

16.2 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

16.2.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

16.2.2 seguro-garantia;

16.2.3 fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

16.3 A garantia em dinheiro deverá ser depositada em favor do contratante, na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária, em favor do contratante.

16.4 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

16.5 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

16.6 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

16.7 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art.100 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 35 de 61)

16.8 No caso de seguro-garantia, o adjudicatário terá 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

17. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

17.1 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

17.2 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

17.3 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

17.4 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

17.5 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

17.7 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

17.8 Na hipótese do subitem acima, nos casos dos reparos que inviabilizem a utilização da embarcação, interrompendo sua operação, o Contratado deverá ofertar serviço equivalente, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

17.9 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

17.10 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

17.11 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

18. VIGÊNCIA:

18.1 O contrato a ser firmado terá vigência de **15 (quinze) meses**, contados do recebimento da ordem de serviço.

18.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

18.1.1.1 Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

19. DO REAJUSTAMENTO.

19.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice **IPCA**.

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 36 de 61)

19.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

19.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

19.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

19.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

19.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

20.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Unidade Gestora: 770000;

Unidade Orçamentária: 7703 - Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística;

Dotação Orçamentária: 7703.15.121.17.8302 – Gestão de Planos, Programas e Projetos;

Natureza da Despesa: 3390.3905 – Serviços Técnicos Profissionais

Espécie da Despesa: 3 – Outras Despesas Decorrentes

Fonte de Recursos: 500 – Recursos não vinculados de impostos;

Fonte detalhada: 00000;

Meta Física: 0;

Região Intermediária: 4100 – Estado

21. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (HABILITAÇÃO)

A Capacidade Técnica Operacional deverá ser comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

- Comprovação mediante atestado(s), certidão(ões) ou declaração(ões) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado de que a(s) empresa(s) tenha(m) executado serviço(s) similar(es) ao objeto do presente Edital, de:

Descrição	Quantidade mínima a ser aprovada pela Licitante
Comprovação de prestação de serviço de travessia hidroviária e/ou operação de embarcações	01 atestado/certidão

- Serão considerados todos os atestados em que conste o licitante como contratado principal, incluindo os decorrentes de subcontratação ou cessão formalmente autorizadas e comprovadas por meio de documentação pertinente, não sendo aceitos atestados emitidos pelo próprio licitante.

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL ([página 37 de 61](#))

22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

23. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 12 de junho de 2026

(Assinado eletronicamente)

Rejane Karam

Chefe do Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 38 de 61)

ANEXO II

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1.O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de **04 (quatro) dias úteis**, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL: de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no portal <https://pncp.gov.br/>, e os documentos abaixo descritos, salvo os já estejam contemplados e válidos no referido certificado:

1.1.2. O Certificado de Cadastro substituirá os documentos relativos à HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, desde que os mesmos estejam dentro do prazo de validade na data da abertura da licitação.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.1.3 os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 39 de 61)

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
LG = -----;
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total
SG = -----;
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante
LC = -----; e
Passivo Circulante

1.4.1.5 Em que pese os índices estejam definidos iguais ou maiores que 1 (um), na prática não corrobora solidez suficiente para o cumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa.

1.4.1.6 Deste modo, entende-se que os índices contábeis para comprovação da capacidade financeira das empresas licitantes devem ser de valor superior a 1 (um), concedendo maiores garantias à Administração Pública e, ao mesmo tempo, não restringindo a competitividade do certame, nos termos da Súmula nº 289 do Tribunal de Contas da União (TCU):

Súmula nº 289 TCU: A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade. (D.O.U 03.02.2016).

1.4.1.7 Neste sentido, exige-se que os índices mínimos sejam de, no mínimo 1,25 (um inteiro e vinte e cinco centésimos), a fim de que reste demonstrada a capacidade da empresa licitante de liquidar passivos por meio do Índice de Liquidez Geral (ILG), Índice de Liquidez Corrente (ILC), Índice de Solvência Geral (ISG).

1.4.1.8 Comprovação de possuir Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor a ser contratado, mediante apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social – cópia extraída do Livro Diário e registrado na Junta Comercial ou publicação em Diário Oficial, ou Certidão de Cartório de Títulos ou Documentos. Uma vez apresentados estes documentos na forma do contido no item 1.4.2, não é necessária nova inclusão. Para as empresas cadastradas no Programa REFIS deverá ser obedecido o artigo 14 da Lei Federal n.º 9.964 de 10/04/2000.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1 Comprovação mediante atestado(s), certidão(ões) ou declaração(ões) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado de que a(s) empresa(s) tenha(m) executado serviço(s) similar(es) ao objeto do presente Edital, de

Descrição

**Quantidade mínima
a ser aprovada pela Licitante**

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 40 de 61)

Comprovação de prestação de serviço de travessia hidroviária e/ou operação de embarcações

01 atestado/certidão

1.5.2 Entende-se por compatibilidade das características e quantidades, a comprovação da fabricação e entrega de embarcações com requisitos específicos de segurança, desempenho e conformidade com normas da Marinha do Brasil. O atestado deverá comprovar que o licitante possui experiência prévia em prestação de serviço de travessia, compatível com a da proposta, além de equipamentos e descolamento similares, garantindo capacidade técnica e reduzindo riscos de inexecução. A exigência está amparada no art. 67, II, da Lei nº 14.133/2021

1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).

1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, além de Declaração escrita sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO VIII**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 12, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 2.474, de 2015).

1.7.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.9 Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.10 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.11 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 41 de 61)

**ANEXO III
MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx Ano: xxx

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:		Inscrição Estadual:	
CNPJ/CPF:			
Endereço:			
Bairro:			
CEP:	Cidade:	Estado:	
Telefone:	Fax:	e-mail:	
Banco:	Agência:	Conta-corrente:	

Constitui objeto desta licitação: **contratação de empresa para prestação de serviços de transporte aquaviário de passageiros entre Paranaguá e Ilha do Mel, por meio de embarcação tipo catamarã, incluindo tripulação e manutenção:**

1. Especificações técnicas:

Lote 1	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1	Prestação de serviço de transporte aquaviário de passageiros, entre Paranaguá e a Ilha do Mel, por meio de embarcação tipo catamarã, fabricada em fibra de vidro reforçada ou alumínio naval ASTM 5083, com capacidade mínima de 55 passageiros, incluindo a disponibilização de tripulação habilitada e a execução de manutenção preventiva e corretiva.	12					
Item 2	Viagens Excedentes	120					

2. A validade da proposta é de **180 (cento e oitenta)** dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de “operação interna”, conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

4.1 as empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL ([página 42 de 61](#))

4.2 para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 43 de 61)

ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO¹

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

¹ A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 44 de 61)

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 45 de 61)

ANEXO VI

LOCAIS DE ENTREGA

ÓRGÃO/ENTIDADE
Local de Entrega: Estação Náutica de Paranaguá
Responsável pelo Recebimento: XXXXXXXX
Telefone: XXXXXXXX
Horário de Funcionamento: XXXXXXXX

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 46 de 61)

ANEXO VII

MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXXXXXXXX]

CONTRATANTE: O ESTADO DO PARANÁ, através do órgão Secretaria da Infraestrutura e Logística - SEIL, com sede no(a) Avenida Iguaçu, 420, CEP 80.230-020, Rebouças, Curitiba – PR, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º 13.937.166/0001-80, neste ato representado pelo SECRETÁRIO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA SANDRO ALEX DE OLIVEIRA, nomeado pelo Decreto nº 644/2023, inscrito(a) no CPF sob o n.º 775.354.059-91, portador do RG n.º 3.978.187-5

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXXX, e-mail XXXXXXXXX e telefone XXXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 0000/202_ XXXX (protocolo n.º 00.000.000-0) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte aquaviário de passageiros entre Paranaguá e Ilha do Mel, por meio de embarcação tipo catamarã, incluindo tripulação e manutenção

Lote único	Descrição do objeto	Exigências complementares do item	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	Prestação de serviço de transporte aquaviário de passageiros, entre Paranaguá e a Ilha do Mel, por meio de embarcação tipo catamarã, fabricada em fibra de vidro reforçada ou alumínio naval ASTM 5083, com capacidade mínima de 55 passageiros, incluindo a disponibilização de tripulação habilitada e a execução de manutenção preventiva e corretiva.	Conforme especificações técnicas	R\$	R\$

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 47 de 61)

Item 2	Viagens excedentes	Conforme especificações técnicas	R\$	R\$
--------	--------------------	----------------------------------	-----	-----

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º XXXXXXXXX, objeto do processo administrativo n.º XXXXXXXXX, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º XXXXXXXXX, de XXXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:

A embarcação e sua operação deverão iniciar em até 100 (cem) dias da Ordem de Serviço, conforme descrito no Termo de Referência.

4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2 O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

4.3 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

5. DO REAJUSTE:

5.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice **IPCA**.

5.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

5.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 48 de 61)

6.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1 Os bens deverão ser entregues no local (Anexo VI), na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

7.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de **45 (quarenta e cinco) dias**, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

7.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até **90 (noventa) dias**, da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **5 (cinco) dias**, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8 FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: 770000/7703;

Fonte de Recursos: 500;

Programa de Trabalho: F770315121178302;

Elemento de Despesa: 449052;

9 VIGÊNCIA:

9.1 O contrato terá vigência de **15 (quinze) meses**, podendo ser prorrogado na forma da lei, a critério da CONTRATANTE, a contar da data da assinatura da Ordem de Serviço.

9.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

9.1.1.1 Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1. São obrigações do Contratado:

10.1.1. Disponibilizar os profissionais devidamente capacitados e habilitados nos termos das especificações constantes deste Termo de Referência e iniciar os serviços, obrigatoriamente, em até 100 (cem) dias da data da assinatura da Ordem de Serviço, nos locais e horários fixados pela CONTRATANTE, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo que a impossibilite de assumir os serviços conforme o estabelecido.

10.1.2. Manter nos períodos estabelecidos pela CONTRATANTE o serviço de travessia, cabendo à CONTRATADA toda e qualquer providência para que não haja interrupção da disponibilidade da embarcação, salvo em casos previamente acordados com o CONTRATANTE.

10.1.3. Na hipótese de impossibilidade de operação da embarcação, a Contratada deverá disponibilizar, em prazo compatível com a continuidade do serviço e às suas expensas, embarcação substituta que apresente

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 49 de 61)

condições técnicas equivalentes ou superiores às especificadas neste Termo de Referência, observando obrigatoriamente:

10.1.3.1. Conforto: Embarcação com as mesmas características de acomodação, proteção contra intempéries e acessibilidade;

10.1.3.2. Velocidade e Desempenho: Manutenção do tempo de travessia padrão, garantindo que o cronograma de horários não seja afetado;

10.1.3.3. Segurança: Regularidade total perante a Autoridade Marítima (CTS, CSN e Seguro DPEM válidos).

10.1.4. Responder pelo transporte dos seus profissionais envolvidos na execução do serviço de travessia, do local designado pela CONTRATADA (ponto inicial) até o local da execução dos serviços (vice e versa), bem como a alimentação e demais benefícios, de acordo com a Convenção Coletiva da categoria.

10.1.5. A CONTRATADA reconhece expressamente sua total e exclusiva responsabilidade por danos ou prejuízos causados por seu pessoal, que em qualquer hipótese venham sofrer a CONTRATANTE, terceiros, coisas e/ou propriedade de terceiros, em decorrência dos serviços ora contratados

10.1.6. Não exclui ou reduz esta responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por representantes do CONTRATANTE

10.1.7. Todos os ressarcimentos e indenizações correrão por conta exclusiva da CONTRATADA, a quem caberá também, manter sempre cobertos por seguros regulares os riscos de acidentes de trabalho dos seus funcionários, como também, dos equipamentos utilizados.

10.1.8. A CONTRATADA deverá responder com exclusividade e ainda arcar/assumir com todos os custos decorrentes de multas motivadas por infrações ou falha humana de seus profissionais, e/ou por má conservação dos equipamentos/instalações e/ou descumprimento de normas, aplicados pela Autoridade Marítima ou qualquer outro órgão fiscalizador.

10.1.9. A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços, objeto do Contrato, utilizando o mais alto nível da técnica atual, de acordo com as especificações estabelecidas pela CONTRATANTE neste Termo de Referência, empregando toda a habilidade, cuidado e economia no desempenho dos mesmos, devendo, em especial:

10.1.9.1. Observar rigorosamente as Normas da Autoridade Marítima cabíveis, as normas pertinentes ao trato com pessoas portadoras de deficiência física, a legislação vigente sobre a proteção do meio ambiente, acatar as determinações das autoridades competentes, bem como respeitar e fazer com que sejam respeitados, no tocante à disciplina e segurança do trabalho, os regulamentos e normas adotados na área de execução dos serviços, inclusive as regras sanitárias relacionadas com a atividade da CONTRATADA, em cada local de prestação de serviços.

10.1.9.2. Responsabilizar-se pelas vistorias junto à Marinha do Brasil, arcando com o ônus das taxas dessas vistorias.

10.1.9.3. Observar rigorosamente as Legislações Ambientais, Federais, Estaduais e Municipais, vigentes, acatando as determinações das autoridades competentes.

10.1.9.4. Respeitar e fazer com que sejam respeitados, no tocante à disciplina e segurança do trabalho, os regulamentos e normas adotados na área de execução dos serviços, inclusive as regras sanitárias estabelecidas, relacionadas com a atividade da CONTRATADA, em cada local de prestação de serviços.

10.1.9.5. Detalhar, sempre que solicitado pela fiscalização da CONTRATANTE ou a quem ela delegar, todas as informações pertinentes aos serviços, necessárias ao cumprimento do Contrato e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.

10.1.9.6. Responder pela execução dos serviços em estrita obediência aos códigos, regras e regulamentos emanados dos Governos Federal, Estadual e Municipal, bem como obter todas eventualmente necessárias à execução dos trabalhos.

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 50 de 61)

10.1.9.7. Providenciar às suas expensas o pagamento de todos os encargos sociais, trabalhistas e fiscais incidentes, de acordo com a lei, seja de ordem municipal, estadual ou federal, inclusive impostos, taxas e recolhimentos da Marinha e alvarás de funcionamento.

10.1.9.8. Possuir equipamentos adequados e funcionários capacitados para perfeita execução dos serviços, adequando-se constantemente às novas tecnologias e materiais que venham a ser utilizados nas embarcações.

10.1.10. A CONTRATADA é responsável civil pelos danos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade pelo fato de existir a fiscalização ou acompanhamento de suas atividades, por representantes da CONTRATANTE.

10.1.11. Caso a CONTRATANTE venha a constatar, por si, ou por reclamação de usuários, comprovadamente, a incapacidade, indisciplina, ou ineficiência de qualquer dos funcionários da CONTRATADA, que cause prejuízos aos serviços do objeto deste Contrato, solicitará a CONTRATADA que proceda a imediata substituição desses funcionários, devendo os mesmos serem repostos, sem prejuízo dos serviços em andamento

10.1.11.1. Qualquer funcionário da CONTRATADA dispensado por solicitação da Fiscalização não poderá ser reapresentado, por qualquer circunstância ou motivo, durante a execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência

10.1.12. A CONTRATADA obriga-se a não prestar informações de qualquer ordem a terceiros, técnicas ou não, sobre a natureza ou andamento da execução dos serviços, ou divulgá-las por qualquer outra forma, inclusive por meio de captação e distribuição de imagens, sem a prévia autorização escrita da CONTRATANTE.

10.1.13. A CONTRATADA deverá apresentar todo o pessoal do serviço nos locais de trabalho, devidamente uniformizados e identificados com crachá, com foto atualizada, número de registro e nome da CONTRATADA em local visível, e, quando necessário, equipados com os dispositivos de segurança previstos nas normas de segurança do trabalho e determinadas pela CONTRATANTE.

10.1.14. A CONTRATADA deverá implantar turnos de trabalho que consideram a características do serviço (sábados, domingos e feriados).

10.1.14.1. Os horários que a CONTRATADA vier propor deverão resguardar e considerar os dispositivos legais pertinentes, eventuais acordos ou convenções coletivas e as necessidades operacionais de cada travessia.

10.1.14.2. A CONTRATADA deverá aplicar em seus empregados treinamento e reciclagem semestral, devendo ser cumpridas as determinações constantes das Normas da Autoridade Marítima.

10.1.15. A CONTRATADA deverá verificar a existência de quaisquer interferências ou impedimentos à perfeita execução de suas tarefas, devendo consultar a CONTRATANTE sobre como saná-las.

10.1.16. A CONTRATADA deverá informar a fiscalização da CONTRATANTE, imediatamente: os defeitos, avarias ou más condições de operação de embarcações, equipamentos e infraestrutura do sistema de Travessias que possam trazer algum risco ou prejuízo a terceiros, sendo responsável integralmente pelo atendimento e ressarcimento a esses terceiros em razão de sua omissão ou atraso no acionamento da CONTRATANTE.

10.1.17. A CONTRATADA, antes da data de início dos serviços, deverá fornecer apólices dos seguros

10.1.18. A CONTRATADA, independentemente de qualquer controle que a fiscalização vier a executar, deverá prover controle que lhe assegure a qualidade dos serviços sob sua responsabilidade, encaminhando relatórios periodicamente a CONTRATANTE.

10.1.19. A CONTRATADA obriga-se a cumprir a legislação referente a Segurança do Trabalho, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional (SMS)

10.1.20. Durante a vigência do contrato a CONTRATADA deverá zelar pelos itens e providenciar a reposição sempre que necessário, como também deverá substituir em prazo compatível com continuidade dos

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 51 de 61)

serviços todos os materiais e/ou equipamentos que forem danificados, de maneira a manter o adequado funcionamento dos serviços de operações, sem quaisquer cobranças de custos adicionais para a CONTRATANTE

10.1.21. Manter a equipe exigida para atender aos turnos de serviço da travessia, em condições de absoluta segurança, atendendo as exigências da legislação trabalhista e de segurança no tráfego aquaviário.

10.1.22. Manter atualizada autorização de funcionamento e registro junto aos órgãos controladores necessários a execução dos serviços.

10.1.23. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.24. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.25. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.26. comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.27. indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.28. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.29. manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.30. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.31. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.31.1. alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.31.2. retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.31.3. aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.2. São obrigações do Contratante:

10.2.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4. comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 52 de 61)

- 10.2.6.** efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;
- 10.2.7.** efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;
- 10.2.8.** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- 10.2.9.** ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
- 10.2.10.** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;
- 10.2.11.** prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 53 de 61)

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 O adjudicatário, no prazo de **30 (trinta) dias** após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 96 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

12.2 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

12.2.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

12.2.2 seguro-garantia;

12.2.3 fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

12.3 A garantia em dinheiro deverá ser depositada em favor do Contratante, na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária, em favor do contratante.

12.4 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

12.5 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **05 (cinco)** dias úteis, contados da data em que for notificada.

12.6 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12.7 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art.100 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

12.8 No caso de seguro-garantia, o adjudicatário terá 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

12.9 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

13.1 Durante o prazo contratual o Contratado responsabilizar-se-á por quaisquer manutenções necessárias para manter o bem em plenas condições de uso.

13.2 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

13.3 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

13.4 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 54 de 61)

13.5 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

13.6 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

13.7 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

13.8 Na hipótese do subitem acima, nos casos dos reparos que inviabilizem a utilização da embarcação, interrompendo sua operação, o Contratado deverá ofertar serviço equivalente, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

13.9 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

13.10 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

13.11 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

14.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

14.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

14.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

14.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

14.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 55 de 61)

14.6. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022, e na Lei n.º 20.656, de 2021.

14.7. Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

14.8. Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

14.9. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

14.10. As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

14.11. O pagamento mensal do valor contrato está condicionado à plena disponibilidade da embarcação, tripulação e manutenção, conforme os horários e padrões de qualidade estabelecidos neste contrato. Haverá a aplicação de glosa proporcional (desconto direto na fatura mensal) nas seguintes hipóteses, sem prejuízo das demais sanções administrativas:

14.11.1. Indisponibilidade da Embarcação: No caso de interrupção do serviço, será descontado o valor proporcional às horas ou frações de interrupção do serviço, calculado pela fórmula:

$$Vg = \frac{Vm}{(n \times h)} \times hi$$

- Vg: Valor da Glosa;
- Vm: Valor Mensal do Contrato (R\$ 290.000,00);
- n: Número de dias do mês;
- h: Horas de operação diária contratada;
- hi: Horas de interrupção efetiva.

14.11.2. Descumprimento de Requisitos de Conforto/Velocidade: Caso a embarcação substituta não apresente as condições equivalentes de conforto (ex: falta de acessibilidade, ar-condicionado inoperante) ou velocidade (atraso sistemático nas travessias), será aplicada glosa de 0,5% sobre o valor da medição diária por cada item em desconformidade.

14.12. Ausência de Tripulação Obrigatória: A falta de qualquer tripulante exigido no Cartão de Lotação e Segurança (CTS) impedirá a navegação. Caso a contratada não regularize a tripulação em até 1 (uma) hora, o período será considerado como indisponibilidade total do serviço para fins de glosa.

15. CASOS DE EXTINÇÃO

15.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

15.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

15.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

15.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 56 de 61)

15.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

15.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

16.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

16.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

16.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.4 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

16.5 Será admitida a subcontratação parcial do fornecimento, no percentual de 25% (vinte e cinco), desde que justificada e aceita pela Administração.

16.5.1 A subcontratada deve apresentar os mesmos requisitos de habilitação do Contratado.

16.5.2 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e a coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

16.5.3 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

16.6 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 57 de 61)

17.5 O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do CONTRATADO, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.14 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO.

17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 58 de 61)

18.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

18.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

18.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 59 de 61)

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º ____/_____, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar nº 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

Local e data

Representante Legal

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL (página 60 de 61)

ANEXO IX

DECLARAÇÃO LGPD

XXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal

Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

Protocolo nº 25.706.910-9 Pregão Eletrônico nº 761/2026 – EDITAL ([página 61 de 61](#))

Anexo X

REGRAMENTO PARA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

(Disponível para consulta no sítio www.administracao.pr.gov.br/compras.)